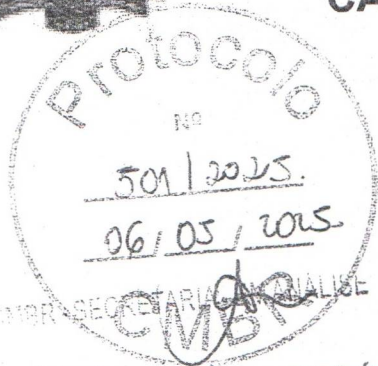




ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO



Belford Roxo, 16 de Abril de 2025

REQUERIMENTO 07/2025

Venho no pleno exercício de minhas atribuições como representante eleito solicitar à Mesa Diretora, respeitosamente, **REQUERER** a Vossa Excelência a convocação de **audiência pública**, sendo realizada no **plenário da Câmara**, na data de **5 de junho** às **18:00**, para discutir o atendimento da prestação de serviço de água e esgotamento no município, com os seguintes objetivos:

1. Avaliar a execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
2. Apresentação do Plano operacional e metas do prestador de serviços;
3. Ouvir contribuições de técnicos e da população.

Sendo composta pelos seguintes representantes:

1. Representante da AGENERSA;
2. Representante da CEDAE;
3. Representantes do Grupo Aegea;
4. Entidades Sindicais e Federações.

**JUSTIFICATIVA:**

O saneamento básico é direito fundamental (CF/88, Art. 225 e Lei nº 11.445/2007), sendo essencial a participação popular na fiscalização das políticas públicas. A privatização dos serviços de saneamento básico no Rio de Janeiro, implementada com a venda da Cedae em 2021, tem gerado graves problemas operacionais e violado o direito fundamental à água, conforme previsto no Artigo 225 da Constituição Federal e na Lei nº 11.445/2007.

A concessionária Águas do Rio, responsável pelo serviço, acumula denúncias por tarifas elevadas e falhas na universalização do esgotamento sanitário, contrariando metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020).

Coloco-me à disposição para prestar quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias e reitero a esperança de uma solução breve e eficaz.

Atenciosamente,

IGO MENEZES

Vereador

16,042  
CMBR  
REJEITADO  
EM 07/05/25



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO**

Sala de Sessões, 10 de Abril de 2025

**REQUERIMENTO 06/2025**

Venho no pleno exercício de minhas atribuições como representante eleito solicitar à Mesa Diretora, respeitosamente, **REQUERER** ao(a) Sr(a). Prefeito(a) Municipal ou ao órgão competente, as seguintes informações sobre a gestão de pessoal e finanças públicas do Município:

1. Quantos servidores efetivos trabalham no município?
2. Quantos servidores são efetivos e comissionados (cargo comissionado ou função gratificada) ao mesmo tempo?
3. Quantos servidores são só comissionados?
4. Quantos servidores são contratados?
5. Qual é o percentual da folha de pagamento em relação aos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (Considerando o valor prudencial de 51.3%?)
6. Qual é o histórico percentual dos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal nos últimos 5 quadrimestres?
7. Qual é o valor em números reais da folha de pagamento?
8. Qual é o valor gasto para pagamento de servidores efetivos?
9. Qual é o valor gasto para pagamento de servidores contratados?
10. Qual é o valor gasto para pagamento de servidores comissionados?
11. Qual é a arrecadação própria do município?

Requeiro que a Mesa Diretora **oficie ao Executivo Municipal** para que as informações sejam prestadas no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, conforme determina a LAI (Lei nº 12.527/2011).

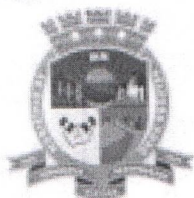
**JUSTIFICATIVA:**

Em cumprimento ao meu papel constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo e zelar pelo interesse público, venho por meio deste requerimento solicitar informações essenciais sobre a gestão de pessoal e as finanças do município.

A transparência na administração pública é um princípio basilar do Estado Democrático de Direito, garantido tanto pela Constituição Federal quanto pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Como representante eleito pelo povo, é meu dever assegurar que os recursos municipais sejam aplicados de forma responsável e em conformidade com a legislação, especialmente com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), que estabelece limites rígidos para os gastos com pessoal.

REJEITADO  
EM 02/05/25

10 de Abril de 2025  
06/05/25



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

As informações solicitadas – incluindo o quantitativo de servidores (efetivos, comissionados e contratados), os valores gastos com folha de pagamento e o percentual dessas despesas em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) – são fundamentais para avaliar a saúde financeira do município e a regularidade de sua gestão. O excesso de cargos comissionados ou o descumprimento dos limites da LRF, por exemplo, podem comprometer o equilíbrio das contas públicas e, conseqüentemente, a qualidade dos serviços prestados à população.

Além disso, conhecer a arrecadação própria do município permite uma análise mais precisa da capacidade de investimento e da dependência de repasses federais e estaduais. Esses dados são indispensáveis para embasar futuras proposições legislativas e ações fiscalizatórias em prol do interesse coletivo.

Diante do exposto, solicito o pronto atendimento a este requerimento, uma vez que o acesso à informação pública é um direito da sociedade e um instrumento essencial para o exercício do controle social e da boa governança.

Coloco-me à disposição para prestar quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias e reitero a esperança de uma solução breve e eficaz.

Atenciosamente,

  
IGO MENEZES

Vereador

REJEITADO

EM 04/05/25

*[Handwritten signature]*

Lido no Exatidão  
EM 04/05/25  
*[Handwritten signature]*